

HISTÓRIA DA IDADE MÉDIA

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

Presidente do Conselho Curador

Mário Sérgio Vasconcelos

Diretor-Presidente / Publisher

Jézio Hernani Bomfim Gutierre

Superintendente Administrativo e Financeiro

William de Souza Agostinho

Conselho Editorial Acadêmico

Divino José da Silva

Luís Antônio Francisco de Souza

Marcelo dos Santos Pereira

Patricia Porchat Pereira da Silva Knudsen

Paulo Celso Moura

Ricardo D'Elia Matheus

Sandra Aparecida Ferreira

Tatiana Noronha de Souza

Trajano Sardenberg

Valéria dos Santos Guimarães

Editores-Adjuntos

Anderson Nobara

Leandro Rodrigues

GEORGES MINOIS

HISTÓRIA DA IDADE MÉDIA
MIL ANOS DE ESPLENDORES E MISÉRIAS

TRADUÇÃO
THOMAZ KAWAUCHE



editora
unesp

Título original: *Histoire du Moyen Âge: Mille ans de splendeurs et misères*

© 2019 Perrin, Paris

© 2023 Editora Unesp

Direitos de publicação reservados à:

Fundação Editora da Unesp (FEU)

Praça da Sé, 108

01001-900 – São Paulo – SP

Tel.: (0xx11) 3242-7171

Fax: (0xx11) 3242-7172

www.editoraunesp.com.br

www.livrariaunesp.com.br

atendimento.editora@unesp.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva – CRB-8/9410

M666h Minois, Georges

História da Idade Média: mil anos de esplendores e misérias / Georges Minois; traduzido por Thomaz Kawauche. – São Paulo: Editora Unesp, 2023.

Tradução de: *Histoire du Moyen Âge: Mille ans de splendeurs et misères*
Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-5711-189-5

1. História. 2. Idade média. I. Kawauche, Thomaz. II. Título.

2023-1364

CDD 909.07

CDU 94(4)“04/14”

Índice para catálogo sistemático:

1. História : Idade média 909.07
2. História : Idade média 94(4)“04/14”

Editora afiliada:



SUMÁRIO

| | |
|----------------------|----------|
| PREFÁCIO..... | 1 |
|----------------------|----------|

PRIMEIRA PARTE

400-1000 – O TEMPO DO ORIENTE E A IDADE DAS ILUSÕES

| | |
|---|-----------|
| 1 – O DESMORONAMENTO DO OCIDENTE (SÉCULO V)..... | 17 |
|---|-----------|

O Império Romano por volta de 400: um Estado doente e opressivo; Uma economia asfixiada pelos encargos; Uma nova força: o cristianismo; A ruptura de 395; Da catástrofe (410) ao naufrágio do Ocidente (476); O império do Oriente de 395 a 528; Teodorico e o reino ostrogodo; A ascensão dos francos: Clóvis e seus filhos

| | |
|---|-----------|
| 2 – BIZÂNCIO E OS REINOS BÁRBAROS (SÉCULOS VI-VIII)..... | 43 |
|---|-----------|

Justiniano e a conquista do Ocidente (527-565); Grandeza e miséria do reinado de Justiniano; O período dos problemas (565-610); A dinastia heraclidiana (610-711); A afirmação da civilização bizantina; Itália, Espanha e Bretanha; As vicissitudes dos merovíngios; Dos merovíngios aos carolíngios (751); A germanização do Ocidente; Uma cristianização mais quantitativa do que qualitativa

| | |
|---|-----------|
| 3 – O CHOQUE DO ISLÃ (630-750) | 81 |
|---|-----------|

Maomé (ca.571-632): uma personalidade problemática; O início do islã: violência, confusão e divisões; A expansão islâmica pela guerra-relâmpago (632-751); O choque da conquista árabo-muçulmana e suas repercussões; Arabização e islamização das conquistas; 750: dos omíadas aos abássidas

4 – BIZÂNCIO E BAGDÁ: A GLÓRIA DO ORIENTE (SÉCULOS VIII-X) 99

A dinastia isaura em Bizâncio (717-802); A iconoclastia e o reino de Irene; Um período turbulento (802-867); Basílio I (867-886) e seus sucessores (886-963): o renascimento bizantino; Basílio II (963-1025): o apogeu de Bizâncio; Os abássidas: fracasso político e sucesso econômico (750-1075); Bagdá, o colosso do Oriente; Grandeza e decadência cultural e política do mundo muçulmano

5 – DE CARLOS MAGNO A OTÃO, OU DO IMPÉRIO FRANCO AO IMPÉRIO GERMÂNICO (SÉCULOS VIII-X) 129

Pepino, o Breve: a afirmação dos carolíngios (751-768); Carlos Magno: a edificação de um império (768-814); 800: Carlos Magno imperador. As implicações de um gesto; Qual império? Um Estado forte, apoiado sobre a Igreja; Economia e sociedade: o peso do mundo rural; O renascimento carolíngio: uma realidade; Desmembramento do Império carolíngio: Verdun (843); O século X: caos e fragmentação política; O fim dos carolíngios (987) e a ressurreição do Império por Otão (962); As esperanças do ano 1000

SEGUNDA PARTE

1000-1300 – O TEMPO DO OCIDENTE E A IDADE DA RAZÃO

6 – O DECLÍNIO DO ORIENTE: FRAQUEZAS POLÍTICAS E BLOQUEIOS CULTURAIS 171

Os conflitos internos do mundo muçulmano no século XI: fatímidas e seljúcidas; Al-Andalus e Ifríquia: as crises hilaliana e almorávida (século XI); O impacto das Cruzadas e a recuperação com Saladino e os almóadas; Mongóis e Reconquista: os desastres do século XIII pelo islã; O Império Bizantino na defensiva (século XI); Bizâncio, vítima dos turcos e dos latinos (século XII); A catástrofe de 1204 e o parêntese latino (1204-1261); Um sobressalto efêmero (1261-1321)

7 – A AFIRMAÇÃO DO OCIDENTE. A CRISTANDADE ENTRE TEOCRACIA E CESAROPAPISMO 197

A Querela das Investiduras: de Canossa a Worms (1077-1122); Força e fraqueza do imperador e do papa; A ascensão do poder papal no século XII; Apogeu da teocracia: Inocêncio III (1198-1216); A luta final contra o “Anticristo” Frederico II (1220-1250); O papa, vitorioso sobre o poder imperial?; O papa vencido pelo poder real (Bonifácio VIII e Filipe, o Belo, 1294-1303)

8 – MONARQUIAS FEUDAIS E EXPANSÃO EUROPEIA 227

Os trunfos dos capetianos; Começos difíceis (séculos XI-XII); De Filipe II a Filipe IV: o apogeu da dinastia (século XIII); A monarquia feudal à maneira francesa: expansão do poder real; Inglaterra, do Conquistador ao Coração de Leão: uma monarquia flamejante (1035-1099); Os limites dos plantagenetas, da Magna Carta à ascensão do Parlamento (1199-1327); O norte e o leste: os escandinavos, o Drang nach Osten e os eslavos; O sul: a Reconquista, os aragoneses, os normandos e os angevinos; As cruzadas: origens e motivações; De Clermont a Túnis: a epopeia dos cruzados (1095-1270)

9 – A IGREJA, A SOCIEDADE E A CULTURA: UM IDEAL DE FÉ E RAZÃO 269

O advento da dialética no século XI: Anselmo da Cantuária; As lutas da razão no século XII. Abelardo contra São Bernardo; A Igreja controla a cultura: as universidades no século XIII; Contestações e repressões; Onipresença da Igreja na vida cotidiana; A Igreja, o casamento e a procriação; A Igreja, guardiã da paz social; A Igreja, fator de racionalização do direito

10 – ECONOMIA E SOCIEDADE DE UM MUNDO (DEMASIADAMENTE) CHEIO: OS LIMITES DE UM IDEAL ESTACIONÁRIO 303

O crescimento populacional excessivo e suas causas; Crescimento agrícola insuficiente: produtividade e desmatamento; Consequências da superpopulação: agravamento das tensões sociais; A superpopulação, fator de intolerância e colonização; Nobres, senhores e vassallos; Os senhorios, quadros básicos do mundo rural; O fenômeno urbano: crescimento das cidades e nascimento das comunas; Artesanato e comércio entre regulamentação e moral; A Igreja, o dinheiro, a moeda e as feiras; Os sinais que antecedem a crise

TERCEIRA PARTE**1300-1500 – O TEMPO DO APOCALIPSE****E A IDADE DA TRANSIÇÃO****11 – OS CAVALEIROS DO APOCALIPSE: FOMES, GUERRAS, PESTES E SUAS SEQUELAS 347**

“Tudo vai mal” (Eustáquio Deschamps): o matiz sombrio de uma época; A fome: o grande retorno de 1315 e suas consequências; A peste. O desembarque da Morte Negra

em 1348 e suas recorrências; A Morte Negra, fator de caos; A guerra: balanço humano de dois séculos de conflito selvagem; Grandes companhias, esfoladores e crocodilos; Militarização do espaço e cultura da violência; Identidades nacionais e xenofobia

12 – ESPÍRITOS DESORIENTADOS: AS RACHADURAS DA CRISTANDADE E O DIVÓRCIO ENTRE FÉ E RAZÃO 383

Os papas de Avignon ou o “cativo da Babilônia” (1309-1378); Retomada da luta entre o papa e o imperador: Bula de ouro (1356) e declínio da autoridade; O Grande Cisma, de 1378 ao concílio de Constança (1414-1418); O conciliarismo e as aspirações de uma reforma religiosa; As fissuras da cristandade e a ascensão dos sentimentos nacionais; A devotio moderna e o retorno da irracionalidade profética; Ockham e sua navalha: o divórcio entre fé e razão; Os novos intelectuais; A imprensa, coveiro da Idade Média

13 – UM OCIDENTE DIVIDIDO: RUMO ÀS MONARQUIAS NACIONAIS 415

O apagamento da ideia de cruzada; A guerra dos Cem Anos (I): o colapso da França (1340-1364); A guerra dos Cem Anos (II): graças e desgraças da Inglaterra (1364-1453); O caso inglês: guerra das Duas Rosas e ascensão dos Tudors (1455-1509); O caso francês: a eliminação dos últimos grandes feudos (1461-1515); As potências emergentes: Espanha e Portugal, das guerras civis à partilha do mundo; A leste e ao norte: reinos e impérios em mutação; A Itália de Maquiavel, laboratório da nova política

14 – UM ORIENTE UNIFICADO: DO IMPÉRIO BIZANTINO AO IMPÉRIO OTOMANO 457

O declínio irremediável de Bizâncio no século XIV; A dramática situação do Império por volta de 1400; Fracasso da união das Igrejas (concílio de Florença, 1439); Rumo à queda do Império Bizantino; O cerco e captura de Constantinopla (29 de maio de 1453); O Império Otomano de Maomé II, herdeiro de Bizâncio

15 – UMA ECONOMIA EM MUDANÇA: RUMO AO REINO DO DINHEIRO 481

Crise de senhorio; A desordem da nobreza; Um mundo rural em mudança e em revolta; Depois de 1450: rumo ao senhorio-empresa; Crescimento urbano; Crescimento da produção e das trocas; A irresistível ascensão dos homens de negócio; Comércio e banco, fatores de evolução cultural; Agitações urbanas que revelam uma mudança econômica e social

| | |
|--|-----|
| EPÍLOGO – DA IDADE MÉDIA AO RENASCIMENTO, OU DO SANTO AO GRANDE HOMEM | 517 |
| CRONOLOGIAS | 523 |
| <i>Vida política e militar; Fatos econômicos, sociais e culturais</i> | |
| MAPAS | 533 |
| <i>Mapa 1 – A Europa por volta de 485; Mapa 2 – A Europa por volta de 800; Mapa 3 – A Europa por volta de 1100; Mapa 4 – A Europa por volta de 1200; Mapa 5 – A Europa por volta de 1500</i> | |
| BIBLIOGRAFIA SUMÁRIA | 539 |
| <i>A. A Europa na Idade Média; B. A Idade Média por regiões; C. Os séculos V a X; D. Os séculos XI a XIII; E. Os séculos XIV e XV</i> | |
| ÍNDICE ONOMÁSTICO | 549 |

PREFÁCIO

Uma história da Idade Média de novo! Após tantas outras, muitas delas notáveis, seria tão necessário contar novamente essa longa história de um período distante sobre o qual tudo parece já ter sido dito? A questão é legítima, e eu a proponho a mim mesmo. É preciso, portanto, tentar justificar o empreendimento.

Curiosamente, a Idade Média continua a fascinar nossos contemporâneos. Quanto mais nos afastamos desse tempo rude, do qual meio milênio já nos separa, mais o interesse por essa época aumenta, como se um vago sentimento de nostalgia invadissem sub-repticiamente nossa cultura de alta tecnologia – sentimento na verdade cheio de contradições e confusões, para não dizer hipócrita e de valor duvidoso, marcado somente pelos interesses econômicos que, a partir de então, moldaram as mentalidades. Contudo, quem gostaria de viver na Idade Média? Isso é muito pitoresco. Na era dos celulares, dos monitores onipresentes, da civilização do botão pressionado, do triunfo da tecnologia e do artificial, não cessamos, no entanto, de elogiar os méritos do natural, dos procedimentos artesanais de outrora, da tradição, das “raízes”. Desfalecemos de admiração por tudo o que é feito “como antigamente”, buscamos a restauração com “instrumentos da época”, cultivamos jardins medievais com plantas medicinais. Chegamos ao ponto de construir uma fortaleza – com recursos do século XIII, vale dizer – e organizar torneios e festas medievais. Pura diversão, que preserva um mal-entendido mais profundo sobre a Idade Média, ao mesmo tempo que o estudo desse período desaparece dos programas escolares. Nestes, já há uns trinta

anos, o estudo da história em geral é vítima de uma empresa de demolição sistemática em benefício de imprecisas sínteses econômicas e sociais desencarnadas, que supostamente fazem a juventude compreender os “desafios do mundo contemporâneo”. Desde então, é por alguns trechos de documentários populares que o “grande público” entra em contato com a Idade Média, alheio a qualquer tipo de estrutura cronológica e de noção de continuidade, misturando alegremente datas e personagens. A Idade Média torna-se um buraco negro de mil anos de onde escapam catedrais e fortalezas, cavaleiros em armadura, princesas rodeadas por trovadores, vielas pitorescas de algumas cidades restauradas. E esses cenários de teatro preservam a fascinação – ou simplesmente a curiosidade – por uma Idade Média onírica, mítica, ecológica e, antes de tudo, certamente “autêntica”, termo mágico sempre repetido num século XXI esquizofrênico. Caricatura? Pergunte a alguém o que Filipe, o Belo, ou a guerra dos Cem Anos evocam.

Mas isso não responde à minha questão inicial, pois aqueles que gostariam de se informar seriamente sobre o assunto sempre poderiam consultar as obras de erudição que dormem nas estantes das bibliotecas, cujas informações são infinitamente mais confiáveis do que tudo o que as telas luminosas poderiam mostrar. Então, por que acrescentar este livro, que sabidamente irá juntar-se a seus congêneres para um longo sono na seção “História” de algumas bibliotecas? Admitamos com honestidade: nada disso é absolutamente indispensável, e meu trabalho não vai revolucionar a historiografia medieval. Ele visa, modestamente, a cravar um prego. Um prego grosso, decerto: mil anos de história, para confirmar que a Idade Média existiu sem sombra de dúvida, que podemos datar seu nascimento, sua morte, sua juventude, sua maturidade e seu declínio, que foi um período importante de nosso passado, o qual, aliás, não foi um inferno nem uma idade de ouro.

Será que ainda é necessário afirmar que a Idade Média sem dúvida existiu? Certos títulos de obras de grandes historiadores medievalistas a partir dos anos 1970 poderiam causar confusão, começando com *Pour en finir avec le Moyen Âge* [Para acabar com a Idade Média], de Régine Pernoud (1977), até *Em busca da Idade Média*, de Jacques Le Goff (2003),¹ que já havia pleiteado *Pour un autre Moyen Âge* [Por uma outra Idade Média] (1977), passando por

1 Tradução brasileira: *Em busca da Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. (N. T.)

Le Moyen Âge, une imposture [A Idade Média, uma farsa], de Jacques Heers (1992). Ainda em 2011, o excelente manual universitário de M. Balard, J.-Ph. Genet e M. Rouche, *Le Moyen Âge en Occident* [A Idade Média no Ocidente], começa com esta declaração: “De tanto perguntarmos se existe mesmo um período medieval, a Idade Média não existe...”, antes de acrescentar: “[...] Ou melhor, é apenas uma expressão”. Temos segurança quando isso é confirmado por ninguém menos que Jacques Heers, nosso mestre: “A Idade Média, na verdade, não existiu. Trata-se de uma noção abstrata forjada de propósito por diferentes conveniências ou razões...”. Com efeito, seria preciso nomear esse milênio um pouco inquietante que se estende entre o desaparecimento do Império Romano e o Renascimento. Para piorar, é o Renascimento que cria o nome de batismo *tempora media*, ou *medium tempus*, idade do meio, idade média, expressão retomada em todas as línguas: *Moyen Âge*, *Middle Ages*, *Mittelalter*, *Edad Media*...

O termo, aliás, exprime o embaraço dos primeiros que o utilizam, dentre os quais Petrarca, que mal consegue apreender a unidade, as características e os valores desse período bizarro, confuso e desconcertante. É somente em 1676 que um autor audacioso, Christoph Cellarius (Keller), arrisca-se a reconstituir a história, em latim, do que ele chama a “época média” (*medium aevum*). De todo modo, porém, seja qual for a opinião a respeito de seu conteúdo, os intelectuais são unânimes, e isso desde o século XVI (ou até mesmo desde o século XIV, com Petrarca), em reconhecer que os dez séculos que os separam do Império Romano constituem um conjunto específico. Eles estão conscientes de que vivem uma transição de época, uma mudança de civilização, e isso os encanta, pois aspiram a renovar os valores, a literatura, a arte, o estilo de vida da civilização romana clássica. Desde seu desaparecimento, portanto, a Idade Média é considerada de maneira negativa. Os humanistas a enterram com alívio, felizes por terem acabado com essa época sombria e bárbara, fazendo “renascer” a época greco-latina: o avanço da civilização poderia ser retomado após mil anos de estagnação e caos.

Começa então a história póstuma da Idade Média, aquela de sua imagem nos espíritos e nos livros. Essa imagem permanece bem negativa por muito tempo. Época bárbara, vinda desses godos repugnantes, a era “gótica” é desprezada, vilipendiada, acusada de todos os males. Durante três séculos (XVI-XVIII), a Idade Média, aos olhos dos clássicos, é o obscurantismo, o

irracional, o fanatismo, a extravagância, as feiticeiras, a Inquisição, as pestes e os períodos de fome, os senhores incultos e brutos, os monges ignaros, os vagabundos supersticiosos, até o momento em que os pré-românticos começam a ver as ruínas góticas com outros olhos. É aí que começa a grande onda de reabilitação da Idade Média, que marca todo o período romântico, desde os escritos de Chateaubriand e os romances de Walter Scott até a onda da arte neogótica. Reação contra o início da era industrial, alimentada pela renovação dos estudos históricos, da *Histoire des ducs de Bourgogne* [História dos Duques da Borgonha], de Prosper de Barante (1824-1826), às *Récits des temps mérovingiens* [Contos dos tempos merovíngios], de Augustin Thierry (1840), passando pela *Histoire de France* [História da França], de Jules Michelet (1833-1844).

Trabalhos infelizmente saturados na forma por um lirismo transbordante e, no conteúdo, por preconceitos ideológicos que cegam os autores. Michelet é o exemplo notável disso. Sua *Histoire de France*, recentemente reeditada, não tem mais nenhum valor histórico, e nos informa mais sobre seu autor do que a respeito do tema tratado. Aliás, sua visão da Idade Média muda radicalmente entre a década de 1830, quando evoca a “bela Idade Média”, e a década de 1850, quando apresenta um quadro enfeitado na introdução do livro IX. Essa diatribe é a base da lenda negra da época medieval. Questiona-se ali “o estado bizarro e monstruoso, prodigiosamente artificial, que foi o da Idade Média”, com “seu terrorismo, sua polícia, seus carcosos”, seu “povo de raciocinadores contrários à razão”, seu “mundo beato dos místicos razoáveis”, sua “infinita legião dos inquisidores”, sua “turba de malandros e otários”, na qual “os tolos, terrificados com o triunfo do Diabo, queimam os loucos para proteger Deus”; um mundo onde “a feitiçaria torna mais densas suas trevas fantásticas”, e “tudo é duvidoso e nada é nítido, tudo ali pode parecer ridículo. As forças bastardas abundam, da mais alta à mais baixa... a farsa da Idade Média entristece demais; vejo nela apenas três alegrias: o tau, a vara e o corno”.² “A Idade Média monástica é um mundo de idiotas”, divididos entre “os tolos metódicos e os tolos entusiastas”, seduzidos pelo “delírio de São Francisco”. Nem os monges copistas encontravam graça da parte dele:

2 O corno [cocu], personagem festivo popular entre o final da Idade Média e o Renascimento, simbolizava a infelicidade e a desgraça em canções, anedotas, contos e peças teatrais. (N. T.)

Quisera o céu que os beneditinos não soubessem ler nem escrever! Mas eles escreviam e apagavam os escritos com raiva. Sem eles, o furor dos bárbaros e dos devotos não teria êxito. A paciência fatal dos monges destruiu mais do que o incêndio de Omar, mais do que aquele das cem bibliotecas da Espanha e todas as fogueiras da Inquisição. Os conventos onde hoje visitamos os manuscritos palimpsestos com tanta veneração são os mesmos em que aqueles idiotas fizeram das obras-primas da Antiguidade um *são Bartolomeu*.³

Depois, o ápice da “tirania da Idade Média”: a Inquisição.

A data mais sinistra, a mais sombria de toda a história, é para mim o ano 1200, o 93 da Igreja. Bem menos por ser a época do extermínio de um povo, dos valdenses e dos albigenses, mas sobretudo porque essa é a época da organização da grande polícia eclesiástica. Terrorismo atroz...

Essas imprecações – sem nenhum valor histórico, vale observar – imprimiram nos espíritos uma imagem duradoura de uma Idade Média obscurantista e fanática, ignorante e bárbara. É uma imagem diferente, esta que os historiadores positivistas elaboram a partir dos anos 1870: sóbrios e secos, formados nas disciplinas das ciências auxiliares da história, Gustave Monod, Ernest Lavisse, Charles Seignobos, Charles Petit-Dutaillis, Achille Luchaire, Ferdinand Lot, Marc Bloch, para mencionarmos apenas alguns franceses, seguidos pelos intelectuais da escola dos *Annales*, que trabalhavam com documentos verificando, contando, classificando, estabelecendo marcos seguros de uma história medieval equilibrada, suscitando vocações de historiadores medievalistas que tinham por ideal restituir a verdade dos fatos e construir uma história objetiva.

Herdeira desses estudos, uma admirável geração de medievalistas empreende, a partir dos anos 1960 e 1970, a restituição das cartas de nobreza da Idade Média. No entanto, o entusiasmo de alguns deles conduz o grupo a substituir uma caricatura por outra, a lenda negra pela lenda dourada,

3 Bartolomeu, um dos apóstolos de Cristo, teria morrido esfolado na região do mar Cáspio, e sua representação na capela Sistina, segurando a própria pele com o braço esquerdo e uma faca com a mão direita, é a metáfora dos pergaminhos cujos textos clássicos eram raspados pelos beneditinos. (N. T.)

fazendo da Idade Média uma idade de ouro da qual eles retêm apenas o que lhes favorece. A “reabilitação” torna-se então uma banal enumeração de evidências sobre a beleza das catedrais, a profundidade das sumas teológicas, a habilidade dos engenheiros, a admirável espiritualidade dos místicos e a abnegação dos peregrinos. As “ideias recebidas” e os “preconceitos” sobre a Idade Média obscurantista são combatidos, mesmo que isso signifique exagerá-los para melhor denunciar sua falsidade. Régine Pernoud se apraz em ressaltar notas pueris de estudantes ou de pessoas incultas para, sem maiores dificuldades, demonstrar absurdos e concluir que a Idade Média foi uma época ideal. Todavia, comprovar platitudes nunca fez o conhecimento avançar.

Portanto, a Idade Média teria ainda hoje seus detratores e seus bajuladores, como Martin Blais em seu *Sacré Moyen Âge* [Idade Média Sagrada] (1997) ou Laure Verdon em *Le Moyen Âge. Dix siècles d'idées reçues* [A Idade Média. Dez séculos de ideias recebidas] (2014). Em *Regards sur le Moyen Âge* [Olhar para a Idade Média] (2011), Sylvain Gouguenheim estima que, em parte da opinião, “a era sombria da Idade Média está de volta” devido a uma “tomada ideológica de partido”, e escreve: “Parece-me claro que a ideia de Idade das trevas não convém ao período medieval”.

Certamente. Mesmo assim, é preciso ficar atento para não cair no excesso inverso. É o que Jacques Heers, em *Le Moyen Âge* [A Idade Média], denomina *uma impostura*: “Parece-me importante não proceder, sobre um ponto ou outro, uma reabilitação dessa ‘Idade Média’, e muito menos evocar por escolha pessoal uma espécie de idade de ouro em que tudo teria sido de uma qualidade humana diferente, em uma sociedade mais serena”. É também o que pensa Jacques Le Goff, talvez o melhor especialista nas mentalidades medievais. Rejeitando “os jogos derrisórios de uma lenda dourada da Idade Média que substituiria a lenda negra dos séculos passados”, ele reivindica, em *Pour un autre Moyen Âge*, que não se trata “nem de um buraco nem de uma ponte, mas de um grande impulso criativo, perpassado por crises, nuançado de lacunas de acordo com as regiões, as categorias sociais, os setores de atividade”. Além do mais, essa Idade Média diferente “é uma Idade Média total que se elabora tão bem a partir das fontes literárias, arqueológicas, artísticas, jurídicas, quanto com base apenas nos documentos recentemente disponibilizados aos medievalistas de carteirinha”. Esse estudo, que não deixa escapar nada, que concilia o rigor científico e a empatia humanista,

não exclui os sentimentos: Jacques Le Goff confessa haver sido atraído pela Idade Média aos 12 anos, durante a leitura de Walter Scott, e que sempre experimenta “certa nostalgia” em relação a essa época. Para compreender uma época, é preciso amá-la, mas com um amor que não seja cego. É nesse estado de espírito que tentei trabalhar, e é por isso que falo dos “esplendores e misérias” desses mil anos de cristandade, os quais, nem mais nem menos do que todas as épocas da história humana, misturam sombras e luzes.

Resta definir os limites geográficos e cronológicos do tema. Do ponto de vista geográfico, a expressão “Idade Média” só tem significado relativamente àquilo que se chama Eurásia: delimitada pelo Império Romano e pelo Renascimento, seu sentido só se verifica nas regiões que conheceram esses dois fenômenos. O essencial é, evidentemente, a Europa, mas uma Europa “do Atlântico aos Urais” e da Islândia ao Eufrates, pois não se saberia compreender a história dos reinos cristãos do Ocidente sem saber o que se passa, no mesmo momento, para além de Bizâncio e às margens do Nilo. A despeito de isso agradar ou não, a história da Europa é intimamente ligada à dos Orientes Próximo e Médio: os acontecimentos parisienses tiveram repercussão em Bagdá e vice-versa. Para melhor ou para pior, somos solidários e rivais, e, portanto, interdependentes, tanto na Idade Média quanto hoje. Um dos eixos principais deste estudo será, pois, a evolução das relações de força, das trocas envolvendo golpes, mercadorias e ideias entre o Ocidente e o Oriente.

Quanto aos limites cronológicos, a Idade Média começa quando o Império Romano desaparece e termina quando o Renascimento se impõe. A montante, uma entidade política; a jusante, um fato de civilização. Isso significa que as fronteiras são fluidas e heterogêneas. Seria realmente preciso fixar datas exatas de início e término, como para um indivíduo? Em história, “priorizo o par continuidade/viragem à custa da noção de ruptura”, escreve Jacques Le Goff, cuja última obra, de 2014, leva um título revelador: *Faut-il vraiment découper l'histoire en tranches?*⁴ No caso, a fatia [pedaço, na tradução brasileira] seria espessa e indigesta, pois o grande historiador seria tentado a alargar a época medieval para bem além de seus limites tradicionais: mil e setecentos anos, do século II ao XIX. “A longa duração pertinente a nossa

4 Tradução brasileira: *A história deve ser dividida em pedaços?* São Paulo: Editora Unesp, 2015. (N. T.)

história me parece essa longa Idade Média, que durou desde o século II ou III até morrer lentamente, sob os golpes da revolução industrial, entre o século XIX e nossos dias.” Os verdadeiros coveiros da Idade Média seriam, portanto, James Watt, Adam Smith e seus emuladores. O culto da inovação tecnológica e seu cúmplice, o capitalismo liberal, puseram fim à civilização medieval. Dela ainda encontramos traços em certos comportamentos atuais, e eu seria pessoalmente levado a crer que a verdadeira ruptura se situa no início da era eletrônica: é o computador que matou a Idade Média. A Internet e seus aplicativos inauguram não somente uma nova civilização, mas uma mutação da natureza humana. E, se me for permitido evocar lembranças pessoais, tenho por vezes a impressão de ter saído diretamente da Idade Média: dos avós paternos do interior da região oeste, vivendo numa casa de um só cômodo em solo de terra batida, sem água nem eletricidade; promiscuidade, tuberculose e falecimentos prematuros: qual a diferença em relação ao século XII?

Não podemos, no entanto, nos engajar aqui em uma filosofia da história. O recorte tradicional pode ser discutido, mas ele se fez valer. O espírito humano tem necessidade de marcos, estruturas, limites e balizas, sem os quais todas as confusões e todos os amálgamas são possíveis. É justamente o que está prestes a se produzir em nossa época, empenhada não com o respeito às diferenças, como alguns gostam de repetir, mas com o apagamento delas em benefício de um multiculturalismo que mais parece um caldeirão de culturas, no sentido figurado do termo. Esse fenômeno tange à história tanto quanto às mentalidades coletivas. Este livro também é, portanto, uma reação contra a desestruturação – ou melhor, a demolição – do sentido histórico ao qual assistimos. Por razões pedagógicas e de clareza da exposição, o recorte tradicional situava a Idade Média entre 476, fim do Império Romano do Ocidente, e 1492, descoberta da América: mil e dezesseis anos. Precisão excessiva e escolha arbitrária, é preciso convir. Mas, enquanto a escolha das datas é discutível, o fato de escolher é, em si, indispensável. Com a condição de lembrarmos que as datas são apenas marcos, é fundamental recorrermos a elas para que a história não seja o mingau que se tornou no espírito das jovens gerações. Sem dúvida já é tarde demais, pois, digamos sem rodeios: a história nunca é ensinada; a vaga mistura econômico-sociológico-ideológica que a substituiu nos colégios e liceus está na base de todos os amálgamas, preconceitos e coisas parecidas dos jovens espíritos alimentados por uma cultura em migalhas.

É, portanto, sem ilusão, mas com força, que reconsidero os limites tradicionais: o período que chamamos de Idade Média começa por volta de 400, no início do século V, e se encerra por volta de 1500, no final do século XV.

Esse período de mil e cem anos não é nem um longo rio tranquilo nem uma interminável estagnação. Costumamos distinguir nele três etapas, e com razão. Do século V ao X, digamos de 400 a 1000, enquanto no Ocidente os reinos bárbaros disputam entre si um lugar no espaço do antigo Império Romano, o Oriente se desenvolve em outra direção, primeiro com Bizâncio, e depois com o brilho dos grandes califados de Damasco e Bagdá. É o tempo das grandes ilusões, próprias da juventude das civilizações, bem como dos indivíduos: sonha-se ainda com a monarquia universal, tanto em Justiniano quanto em Carlos Magno e Almançor. De 1000 a 1300, a tocha volta às mãos do Ocidente: é a grande época da cristandade quando, sob a direção do papado triunfante, tenta-se a grande síntese entre fé e razão, e quando se empreende o grande combate ao islã. É a idade da razão de uma civilização que encontrou seus marcos e seus valores. Mas as civilizações também são mortais, e o fim da Idade Média, de 1300 a 1500, é particularmente dramático, sofrendo os assaltos dos cavaleiros do Apocalipse desenfreados: a peste, a guerra e a fome. É o tempo da transição para um novo mundo.

Recorte artificial? Esquemático demais? Os historiadores não encontraram nada melhor até agora. É isso ou o caos, o recorte em fatias ou o mingau indigesto. O estudo de um período de mil e cem anos não pode se fazer sem recorte cronológico. A história é o tempo que passa, e tanto na escala dos indivíduos quanto na das sociedades, a flecha do tempo tem sentido único. Tudo se encadeia, inelutavelmente, mecanicamente, implacavelmente, numa série rigorosa de causas e consequências, cabendo ao historiador a tarefa de esclarecer essas causas e essas consequências, isto é, de dissecar a mecânica do destino. O homem do século XXI gostaria de se persuadir que não há fatalidade; o determinismo fere seu orgulho. É preciso, no entanto, admiti-lo, e isso é antes de tudo reconfortante. Tudo o que vem a acontecer não poderia não acontecer; em história não há lugar para “se”, e todas as tentativas de reconstrução fictícias que modificam um ou outro parâmetro não passam de romances.

Resumamos. Por que uma nova história da Idade Média? Em parte, para acrescentar descobertas recentes, mas sobretudo para reagir às vulgarizações

deformadoras e à sabotagem programada do ensino da história. Empreendimento que nada tem de “reacionário” ou de retrógrado, a menos que colocar as coisas em ordem, lógica e cronologicamente, datar os acontecimentos e os personagens, lembrar que a história é um fluxo que vai de um ponto A em direção a um ponto B, sem retroceder, sejam consideradas atividades de um empreendimento retrógrado. Trata-se também de lembrar que a Idade Média é uma época como as outras, nem inferno nem paraíso, e que tudo o que nela se passa é perfeitamente humano, ou seja, compreensível, analisável, explicável e necessário. Se ela teve suas cruzadas, seus massacres e suas quimeras, hoje temos nossos jihadistas, nossos genocidas e sempre as mesmas quimeras religiosas, simplesmente com menos desculpas, diante do progresso dos conhecimentos científicos. Mas não se trata de comparar nem de atribuir notas em matéria de moral. Trata-se de lembrar o que foi esse milênio medieval, suas grandezas e suas misérias dos pontos de vista político, econômico, social e cultural, acompanhando aquilo que é a coluna vertebral da história: a cronologia.

Um último comentário: condensar mil anos de história em cerca de quinhentas páginas é um desafio. Assim, não serão surpresas os encurtamentos, as simplificações, as seleções e as inevitáveis lacunas. Trata-se certamente de uma grande síntese que visa evidenciar os eixos e os fatos essenciais de uma época no curso da qual foram forjadas as mentalidades ocidentais. A história não é uma ciência exata; baseada em um certo número de fatos; ela deixa muita margem para a interpretação dos historiadores – interpretação que depende bastante das normas e dos valores de seu tempo. E, finalmente, é por isso que podemos reescrever para sempre a mesma história, que na verdade nunca é a mesma. O essencial é não sacralizar uma ou outra versão. Em relação ao passado distante, impõe-se certo desprendimento, e até mesmo um toque de ironia ou de humor, sempre respeitando a materialidade dos fatos. Importa ao historiador saber relativizar a importância dos acontecimentos que relata e não sacralizar os atores da tragicomédia humana.

PRIMEIRA PARTE

400-1000 – O TEMPO DO ORIENTE
E A IDADE DAS ILUSÕES

Por volta do ano 400, a Europa, ou mais particularmente o mundo mediterrâneo, entra numa fase de grandes turbulências que vai durar pelo menos seiscentos anos. A Idade Média nasce do caos provocado pelo desmoronamento e pela fragmentação do enorme bloco político que constituía o Império Romano. Começa um interminável período de confusão, guerras, movimentos de povos, problemas econômicos, sociais e políticos diante dos quais a primeira reação do historiador é o desânimo. Especialmente quando as fontes utilizáveis para construir sua narrativa são tão confusas quanto os fatos que elas supostamente testemunham: fragmentos de ruínas publicadas ao acaso nos canteiros de obras públicas, narrativas desordenadas, lacunares, contraditórias, ilegíveis, recobertas de maravilhas, bem como de visões escatológicas e apologéticas, tais quais hagiografias, anais monásticos e crônicas que obedecem a critérios totalmente alheios às exigências intelectuais modernas. A despeito da perspectiva, entramos por seis séculos naquilo que, com muita justiça, os historiadores anglo-saxões denominam as “eras obscuras”, as *Dark Ages*.

Contrariamente àquilo que a moda atual das reabilitações e dos questionamentos em todos os gêneros gostaria de nos fazer acreditar – em uma tarefa essencialmente comercial, e isso não é ilusório –, a admiração que uma joia merovíngia pode legitimamente suscitar não deve encobrir o fato de que a Europa dos séculos V a X está imersa em uma verdadeira regressão cultural, que os historiadores positivistas batizaram com o nome, hoje tabu, de “civilização bárbara”. Um mergulho nas narrativas da época é suficiente para que se constate a adequação do termo.

Antes de procurar negar a realidade das eras obscuras, mais vale estudar suas causas e seus diferentes aspectos. É certo que a noite não chegou abruptamente sobre um Império Romano radiante e os costumes bárbaros não foram o resultado exclusivo das invasões germânicas. O Império Romano em 400 já estava bem doente, corroído por inquietantes evoluções internas que, para começo de conversa, precisamos expor. A Idade Média nasce tanto da decomposição interna do mundo romano quanto da irrupção dos povos germânicos. Isso diz respeito em particular ao fato maior da era medieval, que é a cisão entre o Oriente e o Ocidente, cisão geratriz de uma duradoura hostilidade recíproca. A separação oficial entre o império do Oriente e o império do Ocidente em 395 não é uma consequência das invasões: ela as precede; as invasões engendram, em seguida, a quebra definitiva. Do século V ao X, a dominação do bloco oriental é incontestável. Enquanto o Ocidente desmorona e soçobra nas convulsões dos reinos bárbaros, Bizâncio se apresenta como a segunda Roma e elabora uma civilização original baseada na autocracia e no cristianismo, o que fascina os ocidentais aprisionados em seus conflitos internos. No século VII, surge abruptamente um terceiro adversário que, por um momento, ameaça devorar o Oriente e o Ocidente, antes de ser bloqueado por volta de 750: o islã. A partir de então, e pelo resto da Idade Média, três mundos partilham a Eurásia: o mundo da cristandade romana, a oeste; o mundo da cristandade bizantina, a leste; e, no sul e no sudeste, o mundo árabo-muçulmano.

Até por volta do ano 1000, a despeito de efêmeras tentativas de unificação e de renascimento de um Império Romano do Ocidente envolvendo carolíngios e otomanos, o Ocidente não chega a encontrar a estabilidade, ao passo que o Oriente, de Bizâncio a Bagdá, afirma uma riqueza e uma superioridade cujo refinamento não exclui a selvageria. A história desses seis séculos é tão complexa que o dilema do historiador pode ser assim enunciado: mergulhar na relação dos acontecimentos caóticos desse longo e obscuro período e logo se atolar nas intrigas de Quilperico, Nicéforo Focas, Abedal Maleque etc., ou elevar-se acima desse corpo a corpo e, adotando o ponto de vista de Sírio, sintetizar e esquematizar, sob o risco de produzir caricaturas. Em outros termos: ser completo e obscuro em dez volumes, ou resumir e interpretar em algumas páginas. As exigências editoriais de nossa época apressada não nos permitem escolher.

Digamos, portanto, que o que parece caracterizar a história dos séculos V a X é, de um lado, a dominação do mundo oriental, e, de outro, o papel essencial das grandes ilusões nas mentalidades coletivas. Traço característico das épocas de juventude: as primeiras etapas são marcadas por ambições de grandeza proporcional ao desconhecimento da falta de meios disponíveis para atingi-los. Inguenuidade e inconsciência engendram as esperanças mais tolas que, por sua vez, resultam inevitavelmente em violências e frustrações. Os séculos obscuros da Idade Média sustentam ilusões políticas, das quais a principal é a eternidade do mundo romano: tanto os reis bárbaros do Ocidente quanto os basileus de Constantinopla perseguem o impossível ideal de ressuscitar ou de prolongar o Império Romano. A isso se acrescentam ilusões religiosas: ao paganismo politeísta do mundo romano sucedem os monoteísmos cristão e muçulmano, que têm por vocação o universalismo – os fiéis perseguem o sonho do triunfo de seu único deus no mundo inteiro. Ilusões culturais, enfim. Curiosamente, as eras obscuras da Idade Média são também a época dos enciclopedistas. Em cada mundo, os intelectuais fazem o inventário do saber humano baseado nos livros sagrados e nas aquisições científicas herdadas da Antiguidade, e imaginam que esse saber é completo e definitivo. Ilusão de um mundo simplista que acredita possuir a explicação última do universo graças à revelação. É somente na época seguinte que o retorno à razão trará mais modéstia a esses anões empoleirados em ombros de gigantes.

O DESMORONAMENTO DO OCIDENTE (SÉCULO V)

Em 395, com a morte do imperador Teodósio, o Império Romano é oficialmente partilhado entre seus dois filhos: Arcádio, que se torna imperador do Oriente, em Constantinopla, e Honório, imperador do Ocidente, em Roma. Em 476, o chefe bárbaro Odoacro constrange o último imperador do Ocidente, Rômulo Augústulo, a abdicar: ele envia as insígnias imperiais a Constantinopla e se proclama rei da Itália. Nenhum outro império existe a não ser o do Oriente. No transcurso dos oitenta anos que separam essas duas datas cruciais, produz-se a transição entre o Império Romano e a Idade Média. A passagem de um termo geopolítico (Império Romano) a um termo cronológico (Idade Média) é, em si, reveladora: passar da noção de espaço à noção de tempo indica a perda da unidade geográfica em benefício da simultaneidade. O elemento federativo não é mais o espaço, e sim a data: entramos na história.

Entre 395 e 476, a romanidade sobrevive, porém, fatiada em dois impérios, e, entre ambos, as diferenças são desde sempre muito marcantes. Do

ponto de vista global, o mundo romano ainda possui uma aparência imponente. Certamente está cercado por povos bárbaros, mas parece que vai fagocitá-los ao lhes atribuir terras, incorporá-los a seu exército e confiar a eles postos na alta administração. A assimilação desses estrangeiros chega a sustentar a ilusão da eternidade do mundo romano, que se rejuvenesce pelo sangue novo: “Sabemos que jamais haverá revolução contra o Estado, pois o Império Romano pertencerá a ti para sempre, assim como a teus descendentes”, declara Pacato, o retor de Bordeaux, ao imperador Teodósio em 388.

O IMPÉRIO ROMANO POR VOLTA DE 400: UM ESTADO DOENTE E OPRESSIVO

Do ponto de vista geográfico, o Império está intacto: uma gigantesca massa do muro de Adriano até o médio-Egito e das costas portuguesas até o leste da Ásia Menor. O Ocidente está dividido em oito dioceses – Itália suburbicária, Itália anonária, Vienense, Gália, Bretanha, Panônia, Espanha e África –, assim como o Oriente: dioceses de Trácia, Dácia, Macedônia, Acaia (província proconsular), da Ásia, do Ponto,¹ do Oriente e do Egito. Ao norte predominam as fronteiras naturais (Reno e Danúbio) ou construídas (muro de Adriano); a leste e ao sul, nas regiões semidesérticas, elas são menos definidas. No mapa, o conjunto é limpo e imponente; no próprio local nem tanto, pois, durante o século IV, os povos germânicos ultrapassaram muitas vezes o *limes*, a fronteira fortificada. Alguns deles se estabeleceram no interior do Império, como os visigodos na Panônia, enquanto a leste o império persa é um perigo permanente.

Ademais, o Império não está bem de saúde. A população encontra-se estagnada, até mesmo diminuída, sob efeito simultâneo das incursões bárbaras e dos acidentes naturais, como a peste bubônica de 442 na Itália, na Gália e na Espanha, além dos períodos de fome em 409 e 411 nas mesmas regiões, e em 450 na Itália. Regiões inteiras são despovoadas, como testemunham os termos oficiais de *tractus* ou de *saltus*, designando terras incultas, florestas, pântanos e estepes. Nessas zonas são praticadas coleta, pecuária extensiva,

1 Ponto: região na costa meridional do mar Negro, no nordeste da atual Turquia. (N. T.)

caça, produz-se sal e *garum*, que serve para temperar os pratos, e o Estado explora minas e pedreiras: ferro de Nórlica (Baviera e Áustria), Ilíria, Espanha e Cevenas, estanho da Galícia e da Cornualha, bem como chumbo e prata.

As zonas subpovoadas encontram-se notavelmente situadas atrás do *limes*, em Ilíria, Panônia, Nórlica, norte da Itália, norte da Gália, Bretanha e Mauritânia. Porém, de modo geral, em todo lugar falta mão de obra e as medidas para mantê-la no local multiplicam-se. Por um lado, há escravos, sempre numerosos e provenientes de zonas fronteiriças como a Panônia e a Mauritânia. Mas eles se reproduzem pouco e apresentam fraco rendimento no trabalho. A fim de motivá-los, atribui-se aos escravos um pedaço de terra a ser vendido junto com eles: o escravo “conjugado” ao seu terreno constitui um lote indissociável. O escravo, que tem a segurança do emprego, não paga imposto nem presta serviço militar e, portanto, vê sua condição melhorar, ao contrário do pequeno camponês livre, esmagado pelos impostos e taxas *in natura*, frequentemente obrigado a vender sua terra e tornar-se colono arrendatário, preso ao solo. Juridicamente livre, mas endividado, ele não tem direito a abandonar o domínio onde se encontra empregado. A degradação da condição camponesa, do pequeno proprietário na condição de colono, e do colono na condição de escravo, foi assim descrita pelo monge Salviano no século V:

Quando pequenos proprietários perdem sua casa e seu pedaço de terra após sofrerem pilhagem ou serem enxotados por agentes do fisco, refugiam-se nos domínios dos ricos e tornam-se seus colonos... Todas as pessoas instaladas nas terras dos ricos se metamorfoseiam como se tivessem bebido na taça de Circe e se tornado escravos.

Ao camponês ameaçado de perder sua liberdade, mas que não quer cair no colonato, resta uma solução: a fuga em busca de um poder protetor segundo a velha prática romana do patronato. Nesse período de penúria, o “patrono”, grande proprietário privado, fica muito feliz ao encontrar mão de obra e aceita o acordo de proteger o homem livre fugitivo em troca de serviços mútuos. Essa prática contribui para enfraquecer o Estado, uma vez que a maioria dos camponeses provém dos domínios do fisco, ou seja, das terras imperiais onde sofrem esmagamento por impostos, e são eles que reforçam a

mão de obra e as tropas privadas dos grandes proprietários. Nessa época agitada, colocar-se sob proteção de um homem-forte e ser desobrigado de alienar sua liberdade é uma reação natural que só vai se acentuar durante os primeiros séculos da Idade Média.

Fugir do peso excessivo do Estado torna-se, no século V, um comportamento de sobrevivência. Pois, sob a pressão da necessidade, o poder imperial se torna cada vez mais opressivo: impostos, recenseamento e serviços diversos espremem os homens livres, que buscam a proteção dos patronos privados. O peso dos impostos e das cobranças se torna insuportável. São dois tipos: um imposto pessoal, a capitação, e um imposto territorial, que exige atualização dos cadastros e dos recenseamentos por quinze anos, o que será motivo de muitas das contestações. Para cada período de quinze anos – a indicação –, o Estado fixa a taxa do imposto, e a percepção é confiada a uma pessoa privada, o decurião, responsável pela coleta dos bens pessoais. Por fim, o decurião tende a exigir os depósitos com certa brutalidade, o que só faz crescer a impopularidade do Estado e a fuga dos contribuintes.

Nas cidades, as magistraturas são exercidas pelos curiais nomeados pelo conselho dos decuriões, a cúria. A função dos curiais é temerosa, pois, como os rendimentos urbanos haviam quase desaparecido, eles precisavam financiar trabalhos e jogos públicos com seus próprios recursos, sem contar o fato de que essas responsabilidades os desviavam de suas atividades profissionais. Todos os meios são válidos para escapar desses encargos: entrar no exército, no clero, nos monastérios e, para os mais afortunados, chegar à nobreza senatorial. Diante desse salve-se-quem-puder que ameaça exaurir o recrutamento da função pública, o imperador Majoriano tenta, em 458, reforçar as obrigações dos colégios de curiais. Em vão. Tanto para os cidadãos quanto para os camponeses, o sentido do Estado desaparecera, e este, ao multiplicar as leis que proibiam a todos de abandonar seu estatuto social, apenas faz crescerem as resistências e a fuga das responsabilidades. Para escapar da máquina estatal, busca-se o refúgio na clientela de um patrono e nos acordos entre particulares.

O poder imperial, confrontado por essas deserções massivas, se faz mais constrangedor, burocrático e invasivo. A função imperial, arruinada por complôs, assassinatos, revoluções palacianas e usurpações militares, adorna-se com títulos cada vez mais deslumbrantes e fúteis que mascaram